

OS MONSTROS DA REPÚBLICA

Carlos Gaspar

JOHN LEWIS GADDIS

Surprise, security and the American experience

Cambridge
Harvard University Press
2004, 160 páginas

ZBIGNIEW BRZEZINSKI

The choice: global domination or global leadership

Nova Iorque
Basic Books
2004, 242 páginas

O massacre terrorista de 11 de Setembro está na origem de um grande debate sobre a estratégia internacional dos Estados Unidos, comparável aos debates do fim da Grande Guerra e da II Guerra Mundial e do princípio da Guerra Fria, dos quais resultaram mudanças decisivas nas políticas externas norte-americanas e a constituição dos seus modelos inovadores de ordenamento internacional.

De certa maneira, esse debate estratégico devia ter coincidido com o fim da Guerra Fria, quando o desaparecimento sucessivo do regime comunista russo e da União Soviética assegurou aos Estados Unidos a sua vitória decisiva e tornou possível a transição para uma estrutura unipolar, inédita na distribuição internacional do poder. A viragem, tão inesperada como radical, reclamava uma revisão correspondente das prioridades externas da principal potência internacional, indispensável para definir uma fórmula de estabilidade que pudesse sustentar a sua preeminência. Porém, a vitória na Guerra Fria fez com que a democracia norte-americana perdesse o interesse pela política internacional e tomasse a ausência de inimigos

visíveis como sinal da restauração da invulnerabilidade dos Estados Unidos nas fronteiras da sua ilha continental.

Essa paralisia paradoxal termina, brusca-mente, com a terrível surpresa do 11 de Setembro, que revela, simultaneamente, a insegurança do centro norte-americano e a presença de inimigos invisíveis. A resposta à ofensiva terrorista, que começa com a invasão do Afeganistão, a deposição da teocracia islâmica dos Taleban e a destruição do santuário mais notório da Al-Qaida, marca o início da revisão da estratégia internacional dos Estados Unidos, um processo em que as crises determinam as prioridades, as decisões precedem o debate e as armas antecipam a formulação das teorias.

No entanto, o desequilíbrio inicial entre a teoria e a prática tende a alterar-se, nomeadamente com os primeiros estudos sérios sobre a evolução estratégica norte-americana no pós-11 de Setembro, entre os quais se destacam as conferências de John Lewis Gaddis na Public Library de Nova Iorque, o rascunho do seu ensaio sobre a importância da surpresa para as políticas de segurança dos Estados Uni-

dos, bem como o novo livro de Zbigniew Brzezinski acerca do dilema da escolha entre o domínio imperial e a orientação estratégica da política internacional.

Ambos são acadêmicos de primeira ordem, presentes em todos os debates sobre a política internacional dos Estados Unidos nos últimos trinta anos. John Lewis Gaddis, um realista conservador, é o principal historiador norte-americano da Guerra Fria, que se tornou conhecido, em 1972, quando o seu livro – *The United States and the origins of the cold war (1941-1947)* – encerrou o debate acadêmico sobre as origens da Guerra Fria com a refutação das teses revisionistas que queriam responsabilizar exclusivamente os Estados Unidos pela ruptura da Grande Aliança. Zbigniew Brzezinski, um realista liberal, é autor, com Carl Friedrich, de um dos textos de referência sobre o totalitarismo – *Totalitarian dictatorship and autocracy* – e fez escola nos estudos soviéticos, antes de se tornar National Security Adviser do Presidente Carter e a primeira pessoa a ocupar esse alto cargo com um nome impronunciável.

AS TRÊS SURPRESAS

O livro de John Lewis Gaddis defende uma tese original e procura demonstrar como as três grandes estratégias de segurança na história dos Estados Unidos se construíram na sequência de outras tantas surpresas, em 1814, 1941 e 1991.

O primeiro momento assinala o saque britânico de Washington, em 24 de Agosto de 1814, que revela a vulnerabilidade estratégica da nova república norte-americana. John Quincy Adams, secretário de Estado

e Presidente dos Estados Unidos, o principal responsável pela elaboração da estratégia de resposta a esse perigo, vai procurar encontrar uma fórmula para garantir que a expansão continental norte-americana se possa realizar sem aumentar os riscos de insegurança. Para Gaddis, essa fórmula resume-se num tríptico: «pre-emption, unilateralism and hegemony» – intervenção antecipatória, unilateralismo e hegemonia. A doutrina preventiva, enunciada por Adams, em 1818, procura justificar a invasão da Flórida espanhola, na sequência de incidentes locais com cidadãos norte-americanos: ou os espanhóis são competentes para garantir a segurança do território, ou devem «ceder aos Estados Unidos uma província devassada e aberta a todos os seus inimigos, selvagens ou civilizados». O unilateralismo, por sua vez, é a essência da doutrina Monroe, quando Adams transforma a proposta britânica de uma garantia conjunta da independência das repúblicas sul-americanas contra a intervenção das potências europeias numa declaração unilateral em que os Estados Unidos assumem sozinhos a segurança hemisférica, não obstante não terem os meios para a garantir. Por fim, a hegemonia exprime, na recusa enfática de que os Estados Unidos possam coexistir, em termos de igualdade, com qualquer outra potência no seu continente, a vocação da nova república que Adams descreve como «a nation, coextensive with the North American continent, destined by God to be the most populous and most powerful people combined under one social compact.» O corolário da hegemonia continental também foi enunciado por

Quincy Adams numa frase célebre – os Estados Unidos deviam separar-se de todos os interesses e da política da Europa e não podiam ceder à tentação de partir para fora à procura de monstros para destruir – «in search of monsters to destroy». Os monstros, porém, vieram ter com os Estados Unidos, em 7 de Dezembro de 1941, quando os japoneses atacam Pearl Harbour de surpresa. Esse segundo momento marca a primeira mudança radical na estratégia definida por Quincy Adams. O Presidente Franklin Roosevelt é o autor da revisão que desmantela a tradição unilateralista, rejeita a doutrina da guerra preventiva e transfere a fronteira de segurança norte-americana para a Europa. Com efeito, é indispensável formar uma grande aliança, inicialmente para ganhar tempo, enquanto os Estados Unidos desenvolvem as suas armas, incluindo a arma atómica, depois para manter a União Soviética na guerra contra a Alemanha e o Japão e preservar a unidade das Nações Unidas. A nova estratégia, que se traduz numa hegemonia multilateral consentida fora dos limites do continente norte-americano, faz com que os Estados Unidos se tornem a maior potência internacional no fim da II Guerra Mundial e assegura a sua vitória definitiva na Guerra Fria, quando a última grande potência totalitária desiste de existir. A surpresa do ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001 corresponde a um terceiro momento de revelação da vulnerabilidade dos Estados Unidos e de viragem na sua estratégia internacional, que risca o velho conceito de hegemonia multilateral. O Presidente George W. Bush, com a sua doutrina de segurança nacional, recupera,

em boa medida, uma linha de continuidade com a fórmula inicial de Quincy Adams, quando regressa ao unilateralismo e à intervenção antecipatória, ou preventiva, justificada numa frase directa: «We cannot let our enemies strike first.» Dito isto, a estratégia de Bush retém o modelo rooseveltiano de uma hegemonia global e consentida, que se exprime na vontade de tornar a democracia um regime universal, e esse internacionalismo democrático separa o último presidente republicano do corolário de Adams quando o obriga a partir à procura de monstros para destruir.

O PÂNTANO HEGEMÓNICO

Zbigniew Brzezinski também tem a sua chave trinitária, que resume a política externa norte-americana em três debates. O primeiro ocorre na independência, quando Alexander Hamilton insiste que o Congresso autorize a formação de um exército permanente em tempo de paz; o segundo, prolongado e divisivo, começa no fim da Grande Guerra, com o Presidente Wilson e a Sociedade das Nações, e culmina, trinta anos depois, quando o tratado de Washington institucionaliza a aliança ocidental e fixa a fronteira estratégica dos Estados Unidos na Europa; o terceiro abre-se com o 11 de Setembro, para decidir até onde os Estados Unidos vão continuar numa linha de maximização da sua segurança que pode pôr em causa os vínculos estratégicos com os aliados. Enquanto as fórmulas estratégicas de Gaddis se sucedem, os debates de Brzezinski são supostos ter resultados cumulativos: o exército permanente, a hegemonia

e a expansão internacional das fronteiras de segurança norte-americanas, as alianças e, nomeadamente, as alianças trilaterais entre os Estados Unidos, a Europa e o Japão, formam um *acquis* essencial para a preeminência norte-americana.

Na sua análise dos problemas do pós-11 de Setembro, Brzezinski é, ao mesmo tempo, mais céptico e mais conservador do que John Lewis Gaddis. O estratega democrata critica, naturalmente, a administração republicana e a sua «linha teológica», tão veementemente expressa por George W. Bush na evocação ritual do «Eixo do Mal», e separa-se das posições oficiais em três questões importantes. Desde logo, rejeita a declaração de guerra contra o terrorismo por a considerar impropriedade, uma vez que o terrorismo é uma técnica, ou uma tática, e não pode constituir-se como um inimigo unificador – «one does not wage war against a tactic». Por outro lado, insiste na necessidade de os Estados Unidos se confrontarem com as origens políticas do radicalismo islâmico e da violência terrorista, que se devem procurar na história do Médio Oriente e na intervenção regional dos Estados Unidos, bem como na acumulação dos ressentimentos de massa provocados pela desigualdade, o terreno onde os movimentos totalitários se podem consolidar. Por último, e mais importante, sublinha o declínio da autoridade internacional dos Estados Unidos, a par do seu reforço militar: «America's global military credibility has never been higher, yet its global political credibility has never been lower.»

Dito isso, o essencial é responder às novas ameaças. Para Brzezinski, o cerne do pro-

blema está no radicalismo pan-islâmico, o que desloca o centro de gravidade da política internacional para o Médio Oriente, esse longo intervalo, geográfico e histórico, entre a Europa e a Ásia Oriental – os «Balcãs Globais», na sua frase inquietante. A melhor estratégia – não interferir na turbulência regional – não está disponível, uma vez que o fermento islâmico coincide com as maiores reservas de petróleo. Alternativamente, é preciso delinear uma estratégia de longo prazo, para pacificar e reestruturar o Médio Oriente, garantir a sua estabilidade e, se possível, democratizar os regimes árabes e muçulmanos. A questão principal está na definição dos aliados com condições e meios para sustentar esse esforço nas próximas décadas. Quem são os aliados? A resposta é clara: mesmo sem contar com o problema curdo, o regime interno da Turquia continua a ser demasiado instável; Israel, a única democracia regional, é parte do problema, no sentido em que nada se faz sem ultrapassar a questão palestina; o preço da aliança com a Índia é proibitivo e os Estados Unidos não a podem apoiar contra o Paquistão e a China; a Rússia, depois da longa dominação da Ásia Central e de uma guerra bárbara no Afeganistão, parece ser um mau parceiro, mais colonial do que euro-asiático. Por exclusão de partes restam a Europa, e um pouco o Japão.

A aliança entre os Estados Unidos, a Europa e o Japão só pode ser extensível ao Médio Oriente se e quando for possível a definição conjunta de uma estratégia, cujas tarefas centrais são apresentadas: resolver o conflito israelo-árabe; transformar a equação estratégica da região petro-

lífera e transferir o seu centro do Golfo Pérsico para a Ásia Central; e definir arranjos regionais para conter a proliferação das armas de destruição maciça e a epidemia terrorista. Porém, a velha aliança ocidental está em crise e, na clivagem anti-terrorista, a concertação entre as grandes potências, que aproxima os Estados Unidos da China, da Rússia ou da Índia, pode prevalecer.

O IMPÉRIO LIBERAL, A DEMOCRACIA REPUBLICANA

John Lewis Gaddis e Zbigniew Brzezinski convergem num ponto, o seu profundo cepticismo quanto à democratização do Iraque e do Médio Oriente. Ambos reconhecem a ousadia da estratégia da administração republicana, mas interrogam-se sobre se a democracia fará parte das condições da estabilidade regional e ironizam acerca da imposição da democracia de cima para baixo: para parafrasear a frase de Madeleine Albright sobre o multilateralismo, a posição comum parece ser «democratizar quando possível e o contrário se necessário».

Todavia, as alternativas à democracia no Médio Oriente só podem ser ou a retirada norte-americana, que significa a crise da hegemonia dos Estados Unidos, ou regressar às velhas soluções imperiais, incluindo uma ocupação militar dura-dora, que anulam a credibilidade da estratégia democrática da administração republicana. A lógica universalista do internacionalismo democrático faz com que os Estados Unidos se tornem, paradoxalmente, o principal perturbador internacional, quando deixam de reconhecer a

soberania estatal das tiranias e se obrigam a impor a democracia por toda a parte, se necessário com recurso à guerra preventiva. A projecção internacional do «império da liberdade», somada à dinâmica hegemónica do pós-11 de Setembro – o «wilsonismo de botas cardadas», segundo Pierre Hassner – tanto pode levar ao advento da paz democrática, como realizar a velha profecia de Quincy Adams e tornar os Estados Unidos, presos pelos monstros que querem destruir, a «ditadora do mundo»: à partida, os dois resultados são igualmente prováveis.

No último caso, se a projecção externa da hegemonia democrática se transformar numa forma de domínio imperial, é preciso saber se a comunidade política norte-americana pode sustentar esse fardo e se a democracia republicana lhe consegue sobreviver.

Raymond Aron tratou esses temas na sua monografia americana, baptizada *République impériale*, em que se recusa a qualificar os Estados Unidos como uma potência imperial e muito menos como uma potência imperialista – trata-os como um quase-império com um quase-imperador, uma fórmula ambígua que Zbigniew Brzezinski também usa, sem o citar. Brzezinski procura responder às mesmas questões e tem dúvidas, em parte as mesmas. Por um lado, na linha de Samuel Huntington, que avisa contra a «desnacionalização da elite americana», entende que o multiculturalismo não é compatível com as responsabilidades internacionais de uma grande potência. Por outro lado, e mais importante, denuncia a força preponderante do Presidente perante um

Congresso mais fraco, depois de ter abdicado, no caso do Iraque, do seu poder de declarar a guerra –, bem como a tendência para circunscrever as liberdades em nome da segurança, ou ainda o peso, cada vez maior, da elite de segurança nacional. Como disse Montesquieu – a referência dos federalistas americanos –, «la grandeur de l’empire perdit la République».

No fim, a escolha entre o império e a república joga-se internamente, na evolução das instituições e da democracia norte-americana. O grande debate sobre a estratégia dos Estados Unidos mostra que os riscos são evidentes, mas também exprime, no seu pluralismo, a força da liberdade, e mostra que os monstros não ganharam a partida. **RI**

“[A América] absteve-se de interferir nos assuntos de outros, mesmo quando o conflito foi por princípios tão vitais para si como a última gota que visita o coração. Viu que, provavelmente, nos próximos séculos todas as disputas dessa Aceldama que é o mundo europeu serão entre o poder inveterado e o direito emergente. O seu coração, as suas bênçãos e as suas preces estarão onde tiver sido ou vier a ser desfaldada a bandeira da liberdade e da independência. Mas não irá para fora à procura de monstros para destruir.” **RI**

John Quincy Adams, Discurso do Dia da Independência, 4 de Julho de 1821.